



## MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIA-GERAL

### PORTARIA Nº 262, DE 11 DE MAIO DE 2011

O VICE-PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 33, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinado com o artigo 91, XXI, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e o que consta no Processo MPT nº 08130.002077/2011, resolve:

Declarar, a partir de 29/04/2011, a vacância do cargo de Técnico Administrativo, código TC-201.00, classe A, padrão 3, do Quadro do Ministério Público do Trabalho da Procuradoria do Trabalho no Município de Santos - 2ª Região, da carreira de Técnico do Ministério Público da União, ocupado pelo servidor FERNANDO LUIZ FERREIRA DE ALMEIDA em decorrência de posse em outro cargo público inacumulável.

JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO

## MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

### PORTARIA Nº 145, DE 10 DE MAIO DE 2011

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR, EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 124, inciso XIII, alínea "c", da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º Designar a Doutora MARIA ESTER HENRIQUES TAVARES, Procuradora de Justiça Militar, lotada no 1º Ofício da Procuradoria de Justiça Militar em São Paulo/SP, para prosseguir na investigação nos autos da Peça de Informação 0000006-07.2011.1201, Prot. 387/2011/DDJ/PJGM, e, ao final, proceder como entender de direito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

JOSÉ GARCIA DE FREITAS JUNIOR

### PORTARIAS DE 11 DE MAIO DE 2011

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 124, inciso XIII, alínea "c" da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Nº 146 - Art. 1º Designar o Doutor MAX BRITO REPSOLD, Promotor de Justiça Militar, lotado no 2º Ofício da Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro/RJ, para prosseguir nas investigações nos autos da Instrução Provisória de Insubmissão 0000094-29.2008.7.01.0201 (598/08), em trâmite na 2ª Auditoria da 1ª Circunscrição Judiciária Militar, e, ao final, requerer o que entender de direito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no artigo 124, inciso XIII, alínea "c", da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Nº 147 - Art. 1º Designar a Doutora CLAUDIA ROCHA LAMAS, Procuradora de Justiça Militar, lotada na Procuradoria de Justiça Militar em Brasília/DF - 2º Ofício, para prosseguir nas investigações nos autos do Procedimento Investigatório Criminal 0000030-35.2010.2102, Prot. 1670/2010/PJGM/DDJ, e, ao final, proceder como entender de direito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

CLAUDIA MÁRCIA RAMALHO MOREIRA LUZ

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

### PORTARIAS DE 11 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria nº 968/PJG, de 05/08/2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.160/PJG, de 06/09/2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2010, resolve:

Nº 605 - Designar o servidor LUIZ HUMBERTO ALVES DE OLIVEIRA, matrícula 3779-6, Analista Processual da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Chefe do Serviço de Análise Processual da Divisão de Análise e Controle dos Feitos da Comunidade e da Educação da Coordenadoria das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, da Comunidade e da Educação, código FC-02, ficando dispensado do encargo de substituto da referida função (Proc. 08190.130661/10-90).

Nº 606 - Dispensar, a contar de 29/03/2011, o servidor CARLOS ANTONIO ROCHA, matrícula 2830-4, 2º Sargento QPPMC do quadro da Polícia Militar do Distrito Federal, da função de confiança de Auxiliar Militar do Serviço de Segurança Aproximada da Coordenadoria de Segurança Institucional, código FC-01 (Proc. 08190.165119/09-23).

VETUVAL MARTINS VASCONCELOS

## Poder Legislativo

### CÂMARA DOS DEPUTADOS

#### ATO DE 12 DE MAIO DE 2011

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do inciso I do artigo 1º do Ato da Mesa n. 205, de 28 de junho de 1990, e considerando o que consta do Processo 2011/117466, resolve:

Declarar a vacância do cargo efetivo de Analista Legislativo - atribuição Consultoria, ocupado pelo ex-servidor Flávio Euclides Ramos Jacopetti, ponto n. 5.060, a partir de 1º de maio de 2011, em virtude de seu falecimento, nos termos do inciso IX do artigo 33 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

MARCO MAIA

#### ATO DE 5 DE MAIO DE 2011(\*)

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso da competência que lhe confere o Regimento Interno, e de acordo com o disposto no artigo 93, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, e Ato da Mesa nº 56, de 1997, resolve prorrogar, por 1 (um) ano, a seguinte cessão:

Servidor: CRISTIANO MAGALHÃES DE PINHO  
Cargo efetivo: Analista Legislativo - atribuição Engenheiro  
Ponto: 6.823  
Para: Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB

Cargo ocupado: Diretor de Engenharia e Meio Ambiente  
Ônus: Órgão cessionário (art. 93, § 1º, da Lei nº 8.112/90)  
Responsabilidade das contribuições previdenciárias ao RPPS: Órgão cessionário (art. 31 e 32 da ON MPS/SPS nº 2, de 31/03/2009)

Término da última prorrogação: 31/12/2010  
Processo n.º 102.696/2011

DEPUTADO MARCO MAIA  
Presidente da Mesa Diretora

(\*) Republicado por ter saído, no DOU nº 88, de 10/5/2011, Seção 2, pág. 41, com incorreção no original.

### SENADO FEDERAL

#### ATOS DE 11 DE MAIO DE 2011

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, resolve:

Nº 99 - nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, o senhor RAID KAMAL, para exercer o cargo em comissão de Assistente Parlamentar, AP03, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Nº 100 - nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, a senhora KARLA FONSECA LOUREIRO, para exercer o cargo em comissão de Assistente Parlamentar, Símbolo AP07, do Órgão Central de Coordenação e Execução, do Quadro de Pessoal do Senado Federal.

Nº 101 - nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, LINDAURA ARAUJO DE CASTRO, para exercer o cargo em comissão de Assistente Parlamentar, Símbolo AP02, do Órgão Central de Coordenação e Execução.

Nº 102 - nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, HELENA LAUNDRY DO NASCIMENTO, para exercer o cargo em comissão de Assistente Parlamentar, Símbolo AP06, do Órgão Central de Coordenação e Execução.

Nº 103 - nomear, HELEN DA SILVA COSTA, para exercer o cargo em comissão de Assistente Parlamentar, Símbolo AP06, do Órgão Central de Coordenação e Execução, com exercício no Conselho Editorial do Senado Federal.

Nº 104 - nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, CARLOS ROBERTO FRAGA, para exercer o cargo em comissão de Assistente Parlamentar, Símbolo AP03, do Órgão Central de Coordenação e Execução.

Senador JOSÉ SARNEY

### DIRETORIA-GERAL

#### ATOS DE 12 DE MAIO DE 2011

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, conforme a competência estabelecida no artigo 3º, inciso IX, do Ato da Comissão Diretora nº 12, de 1995, e tendo vista o que consta no processo nº 011592/11-7, resolve:

Nº 5.094 - aposentar, voluntariamente, com proventos integrais, a servidora SONIA DE ANDRADE PEIXOTO, Analista Legislativo, Processo Legislativo, Nível III, Padrão S 45, nos termos do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 2005, com as vantagens previstas

na Resolução (SF) nº 74, de 1994, observando-se o limite remuneratório determinado pelo artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

DORIS MARIZE ROMARIZ PEIXOTO

A DIRETORA-GERAL ADJUNTA DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos da Diretoria-Geral nºs 448 e 821, de 2008, e tendo em vista o que consta do Processo nº 015607/11-9, resolve:

Nº 5.093 - exonerar MARIA VALERIA LEMOS VASCONCELOS, matrícula nº 244950, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, SF01, do Gabinete do Senador Rodrigo Rollemberg, e nomeá-la para o cargo, em comissão, de Assessor Técnico, SF02, do Gabinete da Liderança do PSB.

A DIRETORA-GERAL ADJUNTA DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos Atos da Diretoria-Geral nºs 448 e 821, de 2008, e tendo em vista o que consta no Processo nº 015271/11-0, resolve:

Nº 5.124 - nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, MARIA ISABEL SOBREIRA LUCENA para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP05, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Rodrigo Rollemberg.

ROSA MARIA GONÇALVES VASCONCELOS

## Poder Judiciário

### SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

#### PORTARIA Nº 108, DE 12 DE MAIO DE 2011

O VICE-PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no exercício da Presidência, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso II do artigo 4 da Lei nº 8.112/90, resolve:

Nomear MARCOS PAULO LOURES MENESES, Analista Judiciário, Área Judiciária, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Ministro, nível CJ-3, do Gabinete do Ministro Luiz Fux.

Min. AYRES BRITTO

### CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA DIRETORIA GERAL

#### PORTARIA Nº 105, DE 10 DE MAIO DE 2011

A DIRETORA-GERAL DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, nos termos do caput do art. 38 da Lei nº 8.112/90, e tendo em vista a alínea "d" do inciso XI do art. 3º da Portaria nº 112, de 4 de junho de 2010, do Conselho Nacional de Justiça, resolve:

Designar GLAUBER SCORSATTO como substituto do Chefe do Núcleo de Gestão de Sistemas do Conselho Nacional de Justiça, nível CJ-1, no período de 16 a 25/5/2011.

HELENA Y. F. AZUMA

### TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL SECRETARIA

#### PORTARIA Nº 240, DE 10 DE MAIO DE 2011

A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso VIII do art. 33 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e na Portaria-TSE nº 108, de 4 de fevereiro de 2009, e considerando o contido no Procedimento Administrativo nº 10.058/2011, resolve:

declarar vago, a partir de 5 de maio de 2011, o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, ocupado por ROSANE PINHEIRO CARIZZI CERVO, em decorrência de posse em outro cargo público, inacumulável.

PATRÍCIA MARIA LANDI DA SILVA BASTOS

#### PORTARIA Nº 241, DE 11 DE MAIO DE 2011

A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no exercício da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 108, de 4 de fevereiro de 2009, e considerando o que consta do Procedimento Administrativo nº 9.859/2000, resolve:

ALTERAR o fundamento legal da aposentadoria de ERME-TO ANTÔNIO CEMBRANEL, de 8 de agosto de 2000, publicado no Diário Oficial da União do dia 10 subsequente, para incluir, a partir de 10.8.2000, o artigo 193 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, combinado com o artigo 2º da Lei 8.911, de 11 de julho de 1994, e observado o § 2º do artigo 18 da Lei 11.416, de 15 de dezembro de 2006.

PATRÍCIA MARIA LANDI DA SILVA BASTOS